

SINDITEST-PR

UFPR FUNPAR UTFPR IFPR

Sindicato dos trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná



Av. Agostinho de Leão Júnior, 177 - Alto da Glória
Curitiba / PR
CEP: 80030-110

IMPRESSO ESPECIAL

3600173954/2008/DR/PR
SINDITEST-PR

CORREIOS



Envelopamento fechado. Pode ser aberto pela ECT.

Uso exclusivo dos Correios

<input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado	_____ Data de reintegração
<input type="checkbox"/> Falecido	<input type="checkbox"/> Desconhecido	_____
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Não procurado	_____
<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	_____
<input type="checkbox"/> Outros (especificar)		_____

TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DEMONSTRAM FORÇA



Mesmo depois da maioria da plenária da FASUBRA do dia 26 de março ter optado pelo recuo, cerca de 300 pessoas presentes na assembleia geral no dia 28 de março decidiram deflagrar a greve na UFPR e UTFPR.

No quarto dia de greve fomos ao Conselho Universitário e conquistamos o reconhecimento da greve.



A categoria decidiu pela suspensão temporária da greve. Reorganizaremos o movimento para juntos conquistarmos a vitória.

Índice

Greve _____ pág. 2

Principais pautas:
Campanha salarial 2011
Pela retirada da Mp520
Contra o PLP549/09 _____ pág. 3

Greve: todas as pautas _____ pág. 4

Uma palavra sobre a APH _____ pág. 4

Dia 18 de abril

Vamos todos juntos à sessão do COUN, que será aberta à comunidade e contará com a presença de deputados e senadores.

Local: Setor de Ciências da Saúde - Sede Botânico

Disposição e Coragem: GREVE dos trabalhadores da UFPR e UTFPR fortalece a luta pelo serviço público

Em dezembro de 2010, a FASUBRA-Sindical definiu em plenária iniciar sua campanha salarial 2011. A campanha envolvia, principalmente, uma paralisação no dia 3 de fevereiro de 2011, pedidos de reunião com os ministérios envolvidos e uma caravana a Brasília (que aconteceu em 16-02-2011).

Em 31-12-2010 fomos surpreendidos com a edição da MP 520/10 pelo ex-presidente Lula, que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), de direito privado, um duro golpe no serviço público brasileiro, em especial na saúde e educação públicas. A edição dessa medida revoltou amplas parcelas de trabalhadores dos hospitais universitários e dos demais setores das universidades e reforçou a campanha salarial que a FASUBRA já vinha desenvolvendo.

Cumprindo o calendário, em 03/02/11 mais de 10 universidades promoveram paralisações de 24h e outras tantas fizeram mobilizações na entrada dos campi e nos hospitais. Na UFPR, fizemos uma assembleia com cerca de 500 pessoas, que saiu em passeata pelas ruas de Curitiba, mostrando os perigos da privatização do HC para a população.

Em 16/02/11, participamos da caravana à Brasília, somando mais de 2.000 trabalhadores das universidades e 7.000 servidores públicos federais ao todo, numa grande marcha mostrando a disposição de luta de todos os setores. Neste mesmo dia, a FASUBRA reuniu-se em Plenária Nacional, com mais de 1.500 presentes e aprovou indicativo de greve para 28/03/2011, para ser construído em todas as bases da federação.

Ao invés de reclamar da (suposta) desmobilização da categoria, o SINDITEST/PR optou por fazer o dever de casa: foram duas assembleias gerais, que referendaram a greve para o dia 28-03, foram feitas viagens para todos os campi da UTFPR, UFPR e UFFS no interior do Paraná (mais de 10), e diversas assembleias setoriais em Curitiba, especialmente nos campi Politécnico, Agrárias e na UTFPR. Em todos estes momentos, sentimos que nossa categoria estava empenhada em construir esta greve, sentindo a necessidade de haver a recomposição salarial, a defesa da vinculação do HC à universidade e a sua não-privatização e a defesa do caráter público da universidade como um todo.



Além de mobilizar nossa categoria, fizemos articulações com outros segmentos da sociedade, que nos prestaram apoio, como sindicatos e entidades estudantis. Numa situação inédita, contamos com o DCE/UFPR e a APUFPR-SSind em nossas assembleias de mobilização.

Em 23/03/11, a FASUBRA se reúne com MPOG e MEC. Expõe sua pauta e sai sem nenhuma proposta. Sobre a MP 520, o Secretário de Recursos Humanos – DUVANIER – se limita a dizer que essa disputa deve ser feita no Congresso. Sobre os demais pontos, afirma que vai realizar nova reunião em abril, com cada entidade do serviço público federal, e nesta nova data apresentará uma agenda para negociar cada ponto. Ou seja, continuamos o “enrolation” sem nada de concreto.

Em 26/03/11, a FASUBRA realizou mais uma plenária nacional. Estávamos certos que a greve seria referendada, pois 24 entidades sindicais já haviam aprovado o indicativo em assembleias de base. Para nossa surpresa, sob o argumento de que o governo está disposto a negociar, a maioria da direção nacional de nossa federação fez um trabalho de desmontar a greve e alguns delegados traíram suas assembleias de base e votaram contra o referendo da greve, que foi derrotado por 69 votos, contra 57, com 6 abstenções. Infelizmente as correntes políticas que compõem a base do governo Dilma optaram pela desmobilização ao frear o movimento que estava disposto a radicalizar a luta contra a MP 520 e pela Campanha Salarial.

Em 28/03/11, o RU Central da UFPR esteve lotado para organizar a greve e fazê-la acontecer. Os presentes ouviram estarecidos o

informe da plenária nacional mas não se abateram: aprovaram a manutenção da greve por ampla maioria, com apenas 1 voto contrário e 9 abstenções. Prontamente, receberam apoios de companheiros do DCE/UFPR, da APUFPR-SSind, SindPREvs, núcleo Paraná do ASSIBGE-SN, SindSaúde/PR, DANC/UFPR e CAP/UFPR.

Em 01/04/11, os grevistas reunidos em mais uma assembleia no RU Central decidiram por maioria de votos suspender a greve e construir um calendário com atividades de luta para esse mês de abril.

Reunir forças e romper o conforto dos poderosos

Diante dos fatos, entendemos que impedir a privatização do HC através da MP 520, e garantir aumento salarial ainda em 2011, é tarefa fundamental de nós trabalhadores das universidades públicas. Temos que nos esforçar ainda mais para construir uma greve nacional e ganhar mais e mais apoiadores para essa luta, cuja vitória será partilhada por toda a população atendida pelas universidades e hospitais universitários. É necessário fortalecer esta luta. Convidamos você a participar, a discutir os pontos que fizeram parte de nossa greve e a lutar em defesa dos serviços públicos e de seus trabalhadores.

Parabéns aos guerreiros e guerreiras que aderiram a nossa greve e mostraram à comunidade acadêmica, à sociedade e à FASUBRA que não aceitamos essa política privatizante, que retira direitos dos trabalhadores e golpeia a educação e saúde públicas.

Por que lutamos e continuaremos lutando...

A pauta construída pela FASUBRA e suas entidades de base é bastante extensa porque nesses últimos anos foram muitos os ataques aos direitos dos trabalhadores do serviço público. Assim, temos uma relação enorme de pontos para serem cumpridos e negociados com o governo (veja a pauta completa na próxima página). Porém, a decisão política de realizar uma greve nacional gira em torno de três eixos principais. Conheça cada um deles:

I - Campanha Salarial 2011

- Reajuste Salarial: piso 3 Salários Mínimos e step de 5%;
- Racionalização de cargos;
- Reposicionamento de aposentados (mudança na Lei n. 11.091);
- Mudança no Anexo IV (incentivo de qualificação);
- Devolução do VBC absorvido (mudança na Lei n. 11.091);
- Isonomia salarial;
- Isonomia de benefícios (auxílio-alimentação).

Valores em R\$	TAE (Técnico Administrativos em Educação)	
	Salário atual	Proposta da FASUBRA
Nível A	1.034,59	1.620,00
Nível B	1.234,72	2.067,57
Nível C	1.473,55	2.638,80
Nível D	1.821,90	3.536,25
Nível E	2.989,24	7.001,54

II – Contra PL 549/2009

No final do ano passado, o governo Lula conseguiu aprovar no Senado Federal o PLS-611/2007 (antigo PLP-001/2007), que restringe os recursos orçamentários para despesas com pessoal e estabelece novos limites de gastos com o funcionalismo na Lei de Responsabilidade Fiscal. Leia-se: limitação de verbas para reajuste no salário do funcionalismo (congelamento salarial), redução de novas contratações para o quadro de pessoal (concursos públicos) e em

investimentos na máquina administrativa.

A limitação corresponde a um gasto máximo com pessoal, não superior a correção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) somado a 2,5%, ou ao percentual de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), o que for menor. Se aprovado, o PLS 611/07, agora como PLP-549/2009, impedirá qualquer reajuste, já que os limites propostos no projeto são inferiores ao crescimento vegetativo das folhas, com

progressões, reposição de servidores que se aposentam e outras despesas.

O projeto agora segue para a Câmara dos Deputados e, se aprovado, vai para sanção presidencial. Caso rejeitado ou alterado volta para o Senado para nova apreciação. Este projeto de lei congela os gastos com funcionalismo público para os próximos dez anos, limita os gastos que vão desde aumento salarial até abertura de concurso público.

III - DERRUBAR a

MP520

No apagar das luzes de 2010, Lula assinou uma medida provisória que cria a EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. A “urgência” da medida foi justificada pela necessidade de resolver o impasse dos terceirizados nos hospitais universitários visto que TCU declarou ilegal a situação dos 26 mil contratados e deu um prazo até 31 de dezembro de 2010 para que o governo resolvesse a situação.

O governo teve quatro anos para regularizar a situação dos trabalhadores fundacionais mas não o fez, e agora usa esse fato para justificar o projeto mais cruel de privatização dos hospitais universitários desde o PL 92 (fundações estatais de direito privado). E pior, a MP 520 não dá nenhuma garantia de manutenção dos empregos dos funcionários FUNPAR/HC.

A MP cria uma empresa pública que

tem personalidade jurídica privada a ser administrada por um Conselho de Administração, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal, sem previsão de qualquer espaço de controle social conforme preconizado pela legislação do SUS.

Apesar de ligada ao MEC, a MP deixa claro que a empresa pode administrar e celebrar contratos com qualquer unidade de saúde não só os hospitais universitários.

Além disso, a EBSERH, assim como se previa com as fundações, poderá contratar funcionários pela CLT e por contrato temporário de até 2 anos, desobrigando assim o governo a fazer novos concursos públicos na área da saúde, acabando com a estabilidade e implementando a lógica de rotatividade típica do setor privado no serviço público,

comprometendo com isto a continuidade e a qualidade do atendimento. Prevê ainda a criação de previdência privada fechada para seus funcionários. É a privatização dos hospitais universitários de uma forma perversa, cedendo funcionários públicos para a empresa, permitindo contratos e convênios inclusive com entes privados, demitindo os trabalhadores das fundações de apoio e sem controle social algum. Atualmente a MP 520 está na pauta da Câmara de Deputados e pode ser votada a qualquer momento.

Se a MP 520 for aprovada como está, ninguém sabe o que vai acontecer com os trabalhadores dos hospitais universitários, o regime de trabalho no hospital será de 40 horas, e para aqueles funcionários que ficarem nas universidades será muito mais difícil conquistar qualquer avanço salarial com apenas a metade de nossos companheiros. Sem contar que, hoje pode ser o hospital e amanhã poderá ser qualquer outra unidade da universidade.

Pauta da greve:

Campanha Emergencial:

I - Lutar por inclusão no orçamento de 2011:

Reajuste Salarial: piso 3 SM e step 5%;
Racionalização de cargos;
Reposicionamento de aposentados (mudança na Lei n. 11.091);
Mudança no Anexo IV (incentivo de qualificação);
Devolução do VBC absorvido (mudança na Lei n. 11.091);
Isonomia salarial;
Isonomia de benefícios (auxílio-alimentação).

II - Lutar contra a terceirização:

Revogação da Lei n. 9.632/98;
Abertura imediata de concurso público para substituição, no mínimo, da mão de obra terceirizada e precarizada em todos os níveis da carreira para áreas administrativas e dos Hus.

III - Extensão das ações judiciais transitadas em julgado.

IV - Contra a MP-520 (cria empresa estatal de direito privado para gerir os HU's).

Eixo Geral

Em defesa do direito irrestrito de greve;
Luta contra o veto do fator previdenciário;
Luta contra a Terceirização no Serviço Público;
Abertura imediata de concursos públicos;
Destinação de 10% do PIB para educação;
Aprovação da EC 29;
Nenhum direito a menos advindos de reformas;
Pelo restabelecimento dos direitos retirados nas últimas décadas pelos governos;
Destinação de recursos públicos apenas para os organismos estatais;
Pela revogação da Lei 9.632/98 e de todas as demais leis que extinguem cargos no serviço público;
Contra qualquer forma de terceirização no serviço público e pela reposição imediato dos cargos terceirizados;
Contra o PL 549/09 (congelamento de salários por 10 anos);
Lutar pela aprovação da PEC - 257 - Ascensão funcional ;
Contra o PLP 92/07 (Fundação Estatal de Direito Privado);
Contra a PEC 341 (Revisão Constitucional);
A favor PEC 270 (aposentadoria por invalidez);
A favor PEC 555 (suspende a contribuição previdenciária dos inativos);
Revogação do veto fator previdenciário;
Contra o PLP 248/98 (Demissão por insuficiência de desempenho)
Campanha de combate às práticas do Assédio Moral e a todos os tipos de assédio (sexual e outros);
Auditoria da Dívida.

Revogação das Orientações Normativas sobre: Reposicionamento dos Aposentados; Adicional de Insalubridade; Aposentadoria Especial.

E o APH... ?

Em fevereiro de 2009, o governo baixou a medida provisória que criou o APH - Adicional de Plantão Hospitalar. Em maio de 2009 este mecanismo foi regulamentado por decreto presidencial.

Com a "nobre justificativa" de garantir o funcionamento dos Hospitais Universitários, o APH na verdade é uma forma de precarização das condições de trabalho. Para fazer um plantão de 12h, o servidor recebe uma quantia razoável, cerca de ¼ do seu salário mensal, o que torna o APH muito atraente. Esse atrativo financeiro mascara a real situação: evitar ao máximo a abertura de novos concursos públicos para os HU's, o que enfraquece nossa categoria. Além disso, a medida não garante os atendimentos, pois apenas estende a jornada de trabalho de muitos servidores, possibilitando maior cansaço, estafa, acidentes de trabalho. Segundo dados da AMERUnicamp (Associação dos Médicos-Residentes da Unicamp), 75% dos acidentes perfuro-cortantes acontecem em fins de plantão.

Hoje o APH funciona para dividir a categoria: uns fazem, outros não, obedecendo, muitas vezes, critérios subjetivos. O APH serve também para pressionar o servidor a não fazer nenhuma outra atividade na universidade: quem tem APH não faz qualificação, não vai à assembleia do sindicato, etc.

Mas o APH não pode impedir hoje duas lutas muito importantes de nossa categoria: a luta da campanha salarial e contra a MP 520/10. A luta salarial permite que o servidor tenha um salário mais digno e não precise se sujeitar a APH's e horas-extras ou ao duplo emprego; já a luta contra a implantação da EBSEH é importante, visto que, com esta nova empresa, surgirão no hospital novos trabalhadores com contratos mais precários e aí o APH vai deixar de ser funcional para o governo. Com a EBSEH, acabam-se os APH's.

Gestão Sindicato Para Todos 2010/2011

WILSON VENZEL MESSIAS - Presidente
ANTONIO NERIS DE SOUZA - 1° Vice-Presidente
MOACIR FREITAS - 2° vice-Presidente
MARCIA MESSIAS - Secretária Geral
LUIZA FANES - 1° Secretária
JOSE CARLOS DE ASSIS - 2° Secretário
JONAS DE SOUZA PINTO - Tesoureiro Geral

RICARDO GOMES DE OLIVEIRA - 1° Tesoureiro
ANTONIO ALEIXO DE SOUZA - 2° Tesoureiro
BERNARDO PILOTTO - Diretor de Formação Sindical
CARLA COBALCHINI - Diretora de Imprensa
AIRTON RAMOS - Diretor Social e Recreativo
ANTONIO CARLOS CARNEIRO - Diretor de Patrimônio
MÁRIA MADALENA TOMEN - Diretora Assistencial

JOAO MARIA HAVRO DE SÁ - Diretor Cultural e Esportes
JONAS DA SILVA - 1° Diretor Adjunto
ANDREIA DE SOUZA MACEDO - 2° Diretora Adjunta
OLIVARDO ACARINI - 3° Diretor Adjunto
ERNANI FERREIRA BORELLI - 4° Diretor Adjunto
GILBERTO LUIS CARDOSO - 5° Diretor Adjunto
ANA KOWALSKI BEZERRA - Suplente

ROSANGELA MARIOT - Suplente
AMAURI LISBOA - Suplente
PAULO ROBERTO FLIZIKOWISKI - Suplente
DIONEI DE LARA - Suplente
CARLOS GONÇALVES PINTO - Suplente
MARIA DA PENHA NOGUEIRA - Suplente

O jornal do SINDITEST-PR é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Estado do Paraná .

Jornalista Responsável: Carla Cobalchini. DRT/PR7147.

Tiragem: 5000 exemplares

E-mail: imprensa@sinditest.org.br . www.sinditest.org.br

Diagramação: Marcos Antonio Teixeira.

Impressão: Gráfica Helvética

fone: (41) 3362-7373